

Cidades.

**UTI após
comer
baiacu**

Um homem ficou internado 12 dias na UTI do Hospital Jayme Santos Neves, na Serra, após ter ingerido a toxina do peixe.
Página 4

EDITORA:
ANDRÉA PIRAJÁ
apiraja@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8446
agazeta.com.br/cidades
gazetacidades

DEPENDENTE QUÍMICO

ESTADO GASTA R\$ 55 MIL

POR DIA COM INTERNAÇÃO

Em 2014 foram 1.398 demandas determinadas pela Justiça

/// **ALEXANDRE LEMOS**
aljunior@redgazeta.com.br

Pelo menos três demandas de internação de dependentes químicos, determinadas pela Justiça, chegam na Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) todos os dias. No último ano foram 1.398 demandas gerando, diariamente, gastos de aproximadamente R\$ 55 mil. Cada paciente, em média, custou R\$ 14 mil ao cofre estadual.

O secretário de Estado de Saúde, Ricardo de Oliveira, explica que após 48 horas da chegada da determinação judicial, a secretaria é obrigada, de alguma forma, a garantir o atendimento. “Temos que dar um jeito, pois como o próprio nome diz é uma determinação, com isso desrespeitamos a regulamentação da fila”, disse.

Para o secretário, a decisão da Justiça acaba prejudicando quem está há mais tempo na fila de espera. “Em alguns casos, há pessoas não só há mais tempo como também em estado mais grave, mas que não procurou pela judicialização do caso”, afirma.

Oliveira acredita que o recurso gasto, a partir dessa obrigação judicial, poderia ser investido em outras áreas. “Não falo apenas nos



Centro de Prevenção e Tratamento de Toxicômano (CPTT) da Prefeitura de Vitória é considerado modelo

casos de dependentes químicos ou de distúrbio psiquiátrico, há judicialização de tudo, passando por fraldas chegando até mesmo a aparelho de ar condicionado e suplemento alimentar”, conta.

ESTRUTURA

Em todo o Estado há apenas dois locais para atendimento público para os casos de dependência química e psiquiátrica. O

Hospital Estadual de Atenção Clínica, em Cariacica; e o Centro de Atenção Psiquiátrica Aristides Alexandre Campos, em Cachoeiro de Itapemirim, no sul do Estado.

“Não temos estrutura para oferecer nesse tipo de tratamento, por isso a necessidade de comprar vagas em clínicas particulares credenciadas, e assim, gastamos o triplo do que seria gasto se não tivesse

que ser terceirizado”, admite Oliveira.

JUSTIÇA

De acordo com o juiz Paulo César de Carvalho, do Comitê Regional de Saúde do Tribunal de Justiça, a maioria dos casos chega via Defensoria Pública e Ministério Público. “As demandas chegam até nós, o que fazemos é avaliar criteriosamente o laudo médico, e encaminhar

a determinação para a Secretaria de Saúde, sem especificar onde deverá acontecer o atendimento”, disse.

O juiz afirma que, às vezes, em alguns casos específicos, há uma orientação para que o local de atendimento seja mais próximo da casa do paciente. “Queremos apenas garantir que as pessoas tenham acesso ao seu direito à saúde”, finaliza.

ANÁLISE

Dinheiro poderia construir CAPS

/// Esse alto investimento na rede privada viola os princípios da Rede de Atenção Psicossocial do SUS. Esse recurso público deveria ser investido nos serviços previstos na Rede para garantir atendimento aos dependentes químicos e familiares, principalmente nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). O discurso é de que esses serviços não funcionam. Mas é claro: temos oito CAPS em todo o Estado. No caso das internações, os pacientes deveriam estar em leitos nos hospitais gerais, mas esses leitos quase inexistem. Não há vontade política para essa criação, mas há disponibilidade para a compra de leitos particulares com alto custo. Está formada no Estado uma rede paralela à rede pública de saúde. Essas instituições privadas não são alvo de fiscalização sobre o que ocorre dentro delas.

— **FABIOLA LEAL**

PROFESSORA DE SERVIÇO SOCIAL DA UFES

“Diálogo com as autoridades é a solução”

/// A solução para se gastar menos com a internação de dependentes químicos, de acordo com o secretário de Estado da Saúde, Ricardo de Oliveira, é o incenti-

vo para que os municípios cumpram o seu papel na construção dos Centros de Atenção Psicossocial.

“Esse é o caminho, porém mais que isso, o que

deve ser melhorado é o repasse do governo federal. O Estado tem feito mais que sua parte, e as cidades também têm destinado até mesmo 30% de seu or-

çamento para a saúde”, alerta Oliveira.

Já sobre a judicialização da saúde, de forma geral, o caminho de solução apontado pelo secretário é

o diálogo entre as autoridades. “Admitimos que não temos estrutura, temos que reunir todos os poderes, a Defensoria Pública, o Ministério Público, o Tribunal de Justiça, e dialogarmos sobre a me-

lhor solução”, disse.

De acordo com o secretário, o Estado aplica cerca de 20% de seu orçamento na área da saúde. “Somos o estado da federação que mais aplica dinheiro na área”, finaliza.